



OS INTELLECTUAIS DE SÃO PAULO

NA CRISE DO IMPÉRIO: REPERTÓRIO DE IDEIAS E AÇÃO POLÍTICA (1875-1889)

**The intellectuals of São Paulo in the crisis of the Empire:
repertoire of ideas and political action (1875-1889)**

RUBENS ARANTES CORRÊA*

Resumo: Este trabalho visa dar conta do repertório de ideias construído por um grupo de intelectuais de São Paulo no contexto da crise política do Império. Trabalha-se com a hipótese de que “república” funcionou como estratégia retórica e de ação política para o enfrentamento do *status* político imperial dominante. Toma-se como referencial teórico para pensar a hipótese, os conceitos de repertório de ideias e ação política a partir das noções desenvolvidas no âmbito da sociologia política norte-americana, especialmente os trabalhos de Charles Tilly. Interessa conhecer quem verbalizou as demandas de São Paulo naquele contexto; quais as palavras-chave que compuseram o repertório verbalizado e como esse repertório fora utilizado como estratégia de ação contra o *status* dominante.

Palavras-chave: Intelectuais. Repertório de Ideias. Ação Política. República.

Abstract: This work aims to explain the repertoire of ideas constructed by a group of intellectuals from São Paulo in the context of the political crisis of the Empire. We work with the hypothesis that «republic» functioned as a rhetorical strategy and political action to confront the dominant imperial political status. Take It is taken as a theoretical reference to think the hypothesis, concepts of repertoire of ideas and political action from the notions developed in the scope of North American political sociology, especially the works of Charles Tilly. It is of interest to know who verbalized the demands of St. Paul in that context; What keywords were composed of the verbalized repertoire and how this repertoire was used as a strategy of action against the dominant status.

Keywords: Intellectuals. Repertory of Ideas. Political Action. Republic.

* Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Professor do Instituto Federal de São Paulo (IFSP). Autor de *O Pensamento Político de Raul Pompéia* (Editora ExLibris, 2006); de *Raul Pompéia – Coleção Pensamento Americano* (Ícone Editora, 2010); e de *Intelectuais de São Paulo e a Crise do Império: itinerários, repertório de ideias e ação política* (no prelo).

Introdução

Os estudos sobre São Paulo no contexto de crise do Império, de um modo geral, procuram abordar a questão a partir de duas linhas de estudos: uma primeira que destaca o papel das “grandes estruturas”, fossem políticas ou econômicas, normalmente destacando a atuação do Partido Republicano de São Paulo, da Convenção de Itu, dos fazendeiros do oeste paulista, da pujança econômica do café de São Paulo, exemplificados pelos trabalhos de Célio Debes (1975), Maria Emília Zimmermann (1986) e Iraci Galvão Salles (1986).

Outra linha de estudos são os esboços biográficos de personalidades que tiveram participação nos embates e nas lutas políticas daquele contexto histórico tais como os contornos biográficos de Manuel Ferraz de Campos Salles, escrito por Célio Debes (1978), Salles Junior (1944) e Menezes (1974); Bernardino de Campos, composto por Santos (1960) e Cintra (1953); Prudente José de Moraes, de autoria de Assis (1976), João Alberto Sales, traçado por Vita (1965) entre outros integrantes do chamado “movimento republicano paulista” e consagrado pela historiografia como fase da propaganda em São Paulo. Percebe-se, claramente, nestes perfis biográficos a tentativa da idealização do biografado como figura indispensável do movimento político que culminou com a mudança do regime monárquico para o republicano, acentuando suas convicções republicanas, abolicionistas ou explorando suas crenças doutrinárias bebidas na filosofia positivista.

Sem desconsiderar a importância desses mesmos trabalhos, toma-se no âmbito deste artigo outra perspectiva, no sentido de se apropriar do contexto da crise do Império a partir da ótica dos movimentos sociais que estavam em curso. Em outras palavras, não é o “partido”, a “classe” ou o “indivíduo” que explica o movimento de oposição ao regime, mas, os grupos constituídos que criam mecanismos de ação (partidos políticos, lojas maçônicas, instituições de ensino, órgãos de imprensa como jornais e revistas) a partir de suas relações de sociabilidades (relações de parentesco e matrimoniais, convivência acadêmica, compartilhamento e solidariedade mútua em irmandades e organizações sociais) apropriando-se dos conceitos disponíveis naquela conjuntura específica para gerarem um repertório de ideias.

O grupo de intelectuais paulistas, estudado no âmbito deste trabalho, encontra-se inserido nesses movimentos sociais de contestação ao regime monárquico. Constituiu-se a partir de uma formação acadêmica em comum junto à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da maioria de seus integrantes – Américo Brasiliense de Almeida e Melo (1833-1896), Francisco Rangel Pestana (1839-1903), Américo Brasília de Campos (1835-1900), Prudente José de Moraes Barros (1841-1902), Manuel Ferraz de Campos Sales (1841-1913), Francisco Quirino dos Santos (1842-1886), João Alberto Sales (1857-1904). In-



tegrava o grupo, também, José Maria Lisboa (1838-1918), tipógrafo e editor português, radicado em São Paulo desde os anos 1850, idealizador do *Almanaque Literário de São Paulo*; Luiz Pereira Barreto (1840-1923), formado em medicina pela Universidade de Bruxelas e divulgador da filosofia positivista no Brasil da segunda metade do século XIX; além daqueles com formação técnica e científica como João Tibiriçá Piratininga (1829-1888), com formação em mineralogia e geologia, e Antônio Francisco de Paula Souza (1843-1917), formado em engenharia na Europa, autores de publicações relativas a procedimentos científicos aplicados à prática agrícola e ao trabalho.

A propositura que se toma, nos contornos deste artigo, é o de desvendar a fala desses intelectuais expressas por eles mesmos, ou seja, tomar outro posicionamento diferente do adotado pela historiografia que prefere a adoção de estruturas como “fazendeiros do oeste paulista”, ou “partido republicano paulista”, ou “pujança econômica de São Paulo” como agentes mobilizadoras da história. Prefere-se desvendar o movimento da história a partir da própria ação de seus atores, neste caso particular, intelectuais paulistas que em busca de prestígio e visibilidade social forjam espaços de compartilhamento e sociabilidade – jornais, almanaques, instituições de ensino, lojas maçônicas, partidos políticos – e constroem seus projetos de poder verbalizados em repertórios de ideias e ação política.

O ponto de partida tomado é o entendimento de que os intelectuais paulistas constituíram parte de um movimento social mais amplo formado no contexto de crise do Império. Ângela Alonso, analisando a chamada “geração 1870”, qualifica-a como forma de movimentos intelectuais que surgiu, exatamente, como forma de expressão de um contexto de crise política:

Movimentos intelectuais são uma modalidade de movimento social. Por sua vez, movimentos sociais são uma das formas modernas de ação coletiva, que surgem com o enfraquecimento das formas tradicionais de expressar demandas, seja por sua ineficácia, seja pelo aumento da participação política. (ALONSO, 2002:41)

Todo movimento social, incluso os capitaneados por intelectuais, afirma Alonso (2002:41), se forma a partir de contextos históricos próprios e particulares, como forma de resposta às demandas de variadas espécies de uma época e de uma sociedade, cujas estruturas políticas dominantes encontram-se em crise.

Neste sentido, pode-se afirmar que o grupo de intelectuais de São Paulo constituiu um movimento social e político visando aproveitar do *break-down* ocorrido no sistema político imperial a partir de 1868 com a queda do Gabinete

Zacarias de Góes e aprofundado a partir do fim da Guerra do Paraguai (1865-1870). A “quebra” do sistema hegemônico abriu espaço para a emergência de movimentos constituídos por grupos descontentes ou marginalizados que para fazerem frente ao momento histórico específico produzem um contra-discurso oportunizado pela construção de um repertório de ideias e ação política de confronto.

Por repertório de ideias toma-se a definição dada por Charles Tilly* que considera repertórios como:

criações culturais aprendidas, mas elas não descendem de uma filosofia abstrata ou ganham forma como resultado de propaganda política; eles emergem da luta (...) e designam (...) um conjunto limitado de esquemas que são aprendidos, compartilhados e postos em prática através de um processo relativamente deliberado de escolha. (TILLY, 1993:264 apud ALONSO, 2002:39)

Em outras palavras, repertório é um mecanismo intelectual construído historicamente – portanto, localizado em tempo e espaço específicos – através do qual os atores sociais envolvidos lançam mão de “*padrões analíticos; argumentos; conceitos; teorias; esquemas explicativos; formas estilísticas; figuras de linguagem*” para intervirem na cena política e histórica daquela dada sociedade e daquele dado tempo.** De acordo com esta análise, pouco importa o nível de coerência e solidez desse repertório, pois os intelectuais que o instrumentalizam não estão busca de explicações sofisticadas e abstratas da realidade. Ainda nessa mesma direção, podemos afirmar que a compreensão de um repertório político requer sua vinculação com os processos práticos da própria ação política. O repertório, enquanto aporte de opiniões, alimenta a ação e vice-versa, constituindo um sistema de circuitos.

No caso do grupo de intelectuais em estudo percebemos, de fato, a inexistência de uma produção bibliográfica de vulto – excetuando, talvez, algumas obras de Luís Pereira Barreto e João Alberto Sales, os dois membros do grupo com melhor formação filosófica –, o que não impede de encará-los como intelectuais produtores de literatura de ideias, ainda que de circunstâncias. Neste particular, se faz necessário lembrar que o Brasil, em geral, e São Paulo, em

* Charles Tilly, (1929-2008), sociólogo norte-americano, professor das Universidades Michigan e Colúmbia, teve sua obra marcada por estudos sobre movimentos sociais aos quais procurou dimensionar aspectos culturais como parte do entendimento da ação política. Sobre a importância de sua obra ver ALONSO, Ângela. “Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito”. *Sociologia & Antropologia*. V.02-03:21-41, 2012.

** SWINDLER, 1986, citado por ALONSO, 2002, p. 39.



particular, da segunda metade do século XIX não dispõe, ainda, de um campo intelectual próprio com funcionamento sistematizado e com lógica própria, a despeito da presença da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, fundada em 1827.

O repertório do grupo de intelectuais de São Paulo foi construído, basicamente, em publicações na imprensa diária, prática a que todos os membros do grupo dão início já nos tempos de estudantes de Direito junto à imprensa acadêmica, tão prolífica quanto efêmera. Concluída a formação acadêmica, esses intelectuais, continuidade a atuação não só como colaboradores como, também, como empreendedores no ramo da imprensa com a fundação em 1869 do jornal *Gazeta de Campinas*, em 1875 do jornal *A Província de São Paulo*, em 1884 do jornal *O Diário Popular*, além da publicação de *Almanaque Literário de São Paulo*, entre 1876 e 1885. Outro espaço de construção do repertório deu-se por meio de manifestos e circulares do Partido Republicano Paulista, organização que reuniu os membros deste grupo de intelectuais.

Por outro lado, formas de pensar estão articuladas a formas de agir, de tal sorte que repertório de ideias alimenta ação política emprestando substância ao entendimento do que estamos chamando de grupo de intelectuais paulistas:

para entender por que o movimento “intelectual” recorreu a certas maneiras de pensar não basta a análise de seus discursos. É preciso também compreender suas práticas. Isso impõe inscrever o movimento na estrutura de relações de poder da sociedade em que nasce. Formas de pensar e formas de agir em íntima conexão, de sorte que não é possível compreendê-las separadamente. A interpretação, por isso, exige uma análise fina, empírica, do modo pelo qual uma experiência social concreta plasma certas formas de pensar. (ALONSO, 2002:40)

Ann Swidler*, lançando luz sobre a relação entre cultura e ação, afirma que repertórios funcionam como ferramentas culturais através das quais se edificam formas de ação:

Culture influences action not by providing the ultimate values toward which action is oriented, but by shaping a repertoire or “tool kit” of habits, skills, and styles from which people “construct” strategies of action. (SWINDLER, 1986:273)

* Ann Swidler, professora do Departamento de Sociologia da Universidade Berkeley e autora de artigo clássico “Culture in Action: Symbols and Strategies”, *American Sociological Review*, 1986.

De onde se pode concluir que os intelectuais paulistas no contexto de crise do Império não construíram seu repertório e ação por uma crença absoluta nos valores e cultura republicana, ainda que em diversas oportunidades tenham se reportados a modelos republicanos históricos, como o norte-americano. Em outras palavras: não se trata de partir de generalizações estruturais como “republicanos paulistas” ou “porta-vozes dos fazendeiros de São Paulo” tal como a historiografia tem feito; trata-se de compreender o apelo à “república” como estratégia de luta política de um grupo de intelectuais que possuía um projeto de poder. Por meio de repertório e ação muito próprios os intelectuais de São Paulo construíram um vocabulário particular que ficou circunscrito, estrategicamente, sob a bandeira de “república”.

O Repertório

O repertório manejado pelos intelectuais paulistas no contexto de crise do Império foi construído a partir da intersecção entre as leituras de cunho “filosófico-científica” importada, em grande medida da Europa, e a realidade nacional daquele contexto. Na realidade, fazem uma leitura pontual de questões mais abstratas das correntes filosóficas e cientificistas da época aplicando-as ao entendimento dos “problemas nacionais” de seu tempo. Produzem aquilo que Altamirino (2007) chama de “literatura de ideias”, ou seja, conjunto de ideias que visavam a construção de um programa de ação política.

Outra característica do repertório dos intelectuais paulistas é a sua forma de circulação. Tendo em vista a fragilidade do sistema intelectual brasileiro e mesmo a ausência de um campo intelectual, como já apontado anteriormente, a produção-circulação intelectual fica restrita aos órgãos de imprensa. A produção de livros, na segunda metade do século XIX, ainda é bastante precária, em geral, bancada por seus próprios autores e com circulação muito restrita.

O conteúdo do repertório constituía-se de palavras-chave que funcionavam como *start* no âmbito de sua literatura de ideias. O vocabulário era articulado de tal modo que servia para combater os parâmetros políticos de sustentação do sistema monárquico, confluindo, sempre, para a mesma direção: república. Do recurso à república, funcionando como estratégia de combate e de luta política, derivaram palavras-chave, amplamente utilizados pelos autores em editoriais, artigos e notas dirigidas ao público leitor.

Uma das palavras-chave do repertório dos intelectuais paulistas era “naturalização”. Na edição de 5 de janeiro de 1875 de *A Província de S. Paulo*, Manuel Ferraz de Campos Salles assina artigo sob o título geral de “Naturalização” (o primeiro de uma série de três artigos sob o mesmo título sendo que o segundo foi publicado na edição de 06.01.1875 e o terceiro na de 12.01.1875). “Naturalização” é entendida, aqui, como sinônimo de imigração,



tema recorrente. A urgência do tema, para Campos Salles se devia ao fato daquilo que entendia por “problema econômico de elevada importância”, visto que diante da legislação abolicionista em andamento, o suprimento de mão-de-obra para a “indústria nacional” atingiria um ponto insustentável:

Este problema que de larga data começa a afetar as forças produtivas do país, anuncia sérias e graves perturbações no sistema de trabalho, porque pressagiava uma época de transição mais ou menos próxima, foi afinal francamente proposto aos nossos agricultores com a promulgação da lei de 28 de Setembro, cujos efeitos serão, sem dúvida, mais rápidos do que se pensa”. (*A Província de S. Paulo*, 5.1.1875)

Campos Salles faz referência, nesta passagem, à lei Rio Branco, de 28 de setembro de 1871, que concedia liberdade a filhos de escravos nascidos a partir daquela data. A abordagem dada por Campos Salles ao problema não é a de declarar posicionamento pró ou contra a abolição da escravidão (questão muito pouco abordada pelo grupo, com exceção de Américo de Campos e Francisco Quirino dos Santos). A “questão servil”, como se costumava tratar na imprensa sobre a escravidão, estava subordinada ao problema da mão-de-obra (escassez, custo, qualificação).

Se para Campos Salles a questão da “naturalização” era tratada como sinônimo de oferta de mão-de-obra, para Luís Pereira Barreto tratava-se de uma questão mais ampla relacionada à secularização do Estado, representação eleitoral e garantias de direitos individuais. Através de uma série de artigos inicialmente publicada em *A Província de São Paulo* e posteriormente reunida em livro, Pereira Barreto* toma a questão da “naturalização” à luz de sua particular leitura dos princípios da doutrina positivista.

Na edição de 29 de outubro de 1879 de *A Província de São Paulo*, Pereira Barreto publica “A elegibilidade dos acatólicos e o parecer do Conselho de Estado”, no qual ataca a Constituição do Império que declarava a religião católica apostólica romana como religião de Estado. Para Pereira Barreto a Constituição do Império ao declarar preferência por uma religião em particular impedia, na prática, a igualdade de “direitos do homem e igualdade de direitos entre todos os cidadãos”, tornando-se obstáculo para a incorpora-

* Sobre a questão da “naturalização” Luís Pereira Barreto publicou em *A Província de São Paulo* os seguintes artigos: “A elegibilidade dos acatólicos e o parecer do Conselho de Estado” (edição de 29 de outubro de 1879), “A grande naturalização – Ordem e Progresso” (desdobrado em sete artigos e inseridos nas edições de fevereiro de 1880). Posteriormente, esta série de artigos foi publicada em livro sob o título *Soluções Positivas da Política Brasileira*.

ção dos estrangeiros residentes no país aos direitos civis e políticos desfrutados pelos nacionais. Desta constatação estabelecia uma comparação com os Estados Unidos para defender com veemência sua tese favorável à “grande naturalização”:

[...] não querem reconhecer que todos os segredos da civilização norte-americana consistem simplesmente na liberdade de pensamento e na perfeita igualdade de direitos civis e políticos de todos os habitantes, sejam quais forem as suas crenças, seja qual for a sua primitiva nacionalidade. (*A Província de S. Paulo*, 29.10.1879)

Pereira Barreto volta a debater a questão da naturalização a partir da edição de 15 de fevereiro de 1880 da *Província de São Paulo* em artigo intitulado “A grande naturalização I – Ordem e Progresso”, estendendo sua argumentação em outros seis artigos publicados nas edições posteriores do mês de fevereiro daquele ano. Nesta série de artigos, o autor faz, inicialmente, um apanhado histórico sobre o povoamento do Brasil desde os tempos coloniais dando ênfase a aspectos raciais e morais constitutivos dos tipos humanos que povoaram o território brasileiro.

No tocante aos aspectos da “árvore genealógica” de onde originou-se o Brasil, Pereira Barreto estabelece uma curiosa comparação entre fatos históricos e constituições patológicas (exercício típico da influência positivista) envolvendo povos europeus diversos para concluir que alemães, franceses e ingleses tinham vantagens sobre os lusitanos visto que aqueles surgiram no contexto do reformismo religioso europeu e das “primeiras conquistas da ciência”, ao passo que Portugal continuava preso ao espírito retrógrado da Igreja católica dos tempos da Inquisição, fato que teria causado “lesão cerebral” irreversível dos colonizadores do Brasil:

Os povos mais novos, aqueles que apareceram mais tarde na cena da história, e, talvez por esse motivo, como que dotados de uma maior reserva de energia, atravessaram incólumes essa fase de perigo e fizeram redundar em benefício do progresso os destroços da antiga mentalidade. [...] Nesse caso estão os alemães, os francos, os anglo-saxões. O mesmo não aconteceu com as raças mais mescladas de sangue romano. (*A Província de S. Paulo*, 15.02.1880)

Por “raças mais mescladas”, Pereira Barreto inclui os portugueses, a quem atribuiu o pecado de origem no processo de formação histórica do Brasil. Res-



salta a avareza do português como fator motivador da colonização e a propensão ao atavismo criminoso como traços dos primeiros colonizadores do Brasil (daí a defesa intransigente da entrada de imigrantes de outras nacionalidades no Brasil).

Na análise histórica empreendida por Pereira Barreto a incapacidade do português em absorver os fundamentos filosóficos mais condizentes com o “espírito do tempo” tais como os “dogmas fundamentais da economia política moderna” bem como os princípios da “liberdade de pensamento, liberdade de consciência e liberdade de culto” comprometeu decisivamente o futuro da nação brasileira. Assim dos tempos coloniais, passando pela presença da Corte de D. João VI no Brasil e pelos movimentos de emancipação que culminaram com a Independência, até o reinado de D. Pedro II, imperou o “espírito retrógrado de Portugal” associado a fé católica que apenas “impunha a obediência passiva, a humildade e a privação de todos os gozos terrestres, como condição da salvação eterna.” De quebra, legaram os colonizadores a instituição da escravidão:

Falharam todos os cálculos dos nossos bons avós [*os portugueses colonizadores*]; o problema do povoamento continua de pé; a escravidão e o catolicismo (que para o espírito é uma outra forma de escravidão), impediram a imigração; o país continua deserto; não conseguimos aclimar entre nós o trabalho e a indústria. (*A Província de S. Paulo*, 17.02.1880)

Diante do quadro social, econômico e moral constatado por meio de seu entendimento da marcha histórica humana regida por “leis irrefutáveis”, Pereira Barreto vislumbrava na entrada de levas de imigrantes europeus a alternativa para o país superar a herança deixada pelos colonizadores. A imigração era a chave para que se desenvolvesse no país a mentalidade típica do cidadão, portador de direitos e nobilitados para o trabalho, símbolos da ideia de progresso tão em voga àquela conjuntura, condição indispensável para romper com o passado.

Contudo, argumenta Pereira Barreto, ainda que alguns “espíritos do regime” reconhecessem o estágio de atraso material e moral em que o país se encontrava em comparação com outras nações (sobretudo as europeias), ainda havia forte resistência à adoção de medidas práticas para superação de tal quadro, fato que atribui às instituições monárquicas representadas pelo Conselho de Estado e pela Constituição de 1824, representantes, naquele instante, do passado herdado.

Promover a imigração efetivamente, conforme Pereira Barreto significava não só integrar o estrangeiro ao mercado de trabalho, mas, também, ao exercício da cidadania, por meio da concessão do direito ao voto e à liberdade de

culto. Mas isso esbarrava no fato de que a própria constituição em vigor, além do sistema eleitoral, representava uma barreira para a incorporação desse contingente populacional já residente no país e por extensão aos que pretendessem imigrar para o Brasil.

Pereira Barreto serve-se do dispositivo constitucional para desenvolver uma curiosa teoria segundo a qual o catolicismo oficial, “caduco, exausto e repudiado na Europa”, serviu para afastar o Brasil dos Estados Unidos em termos de “evolução social e histórica”. Enquanto os norte-americanos valorizavam o “capital populacional”, fator determinante para impulsionar o país para o campo do progresso, o Brasil, preso a tradições “insensatas” e “estéreis”, afastou-se completamente de seus compromissos históricos:

O efeito da religião do estado foi para nós puramente negativo: só serviu para fazer a fortuna dos Estados Unidos, inclinando para lá o grosso da corrente emigratória, ao mesmo tempo em que dentro do país esterilizava todos os germes da ciência importada e impedia o aparecimento de um só brasileiro notável, quer em matemáticas, quer em astronomia, quer em física, quer em química, quer em biologia. (*A Província de S. Paulo*, 22.02.1880)

No vocabulário dos intelectuais paulistas a defesa da naturalização de imigrantes era uma forma de incentivar a vinda de trabalhadores europeus considerados de melhor qualificação e aptidão para o trabalho. Portanto, não se tratava apenas de se posicionar em relação à questão da ausência de mão de obra, mas, também, de promover a capacitação desses trabalhadores.

Ao lado da questão da naturalização do imigrante, o repertório dos intelectuais de São Paulo, no contexto da crise do Império, dava, ainda, grande repercussão e importância ao emprego de procedimentos científicos à vida política, econômica e social. A defesa desse método era uma forma de crítica ao regime monárquico, entendido como incompatível com as transformações científicas da época. Por sua vez, a república, no vocabulário dos intelectuais paulistas, seria a alternativa de “modernização” do país em consonância com as conquistas da ciência, sobretudo, aquela aplicada aos processos produtivos (máquinas, métodos de produção, qualificação da mão-de-obra).

As próprias publicações nas quais os membros do grupo mantinham colaborações com frequência, em especial *A Província de São Paulo* e o *Almanaque Literário de São Paulo*, destacam artigos e seções tratando de questões de natureza científica. *A Província*, a título de exemplo, mantinha a “Secção Científica” onde um de seus frequentes colaboradores era João Tibiriçá



Piratininga*, formado em Geologia, Agricultura e Mineralogia em escolas europeias, atuante na militância de clube e partido republicano na região de Itu e proprietário de terras nesta região. Tratando de temas científicos, publicou uma série de artigos sob o título geral “Considerações geológicas e agrônômicas”.

Experiências adquiridas em viagens ao exterior eram, posteriormente, motivos de exposição de procedimentos técnicos aplicados ao processo produtivo econômico e, neste particular, os Estados Unidos eram tidos como exemplares em matéria de racionalização técnica tanto no campo da produção como circulação de mercadorias. É o caso de Antônio Francisco de Paula Souza** que na edição de 1876 do *Almanaque Literário de São Paulo* publica um relato exemplar sobre o entendimento que o grupo de intelectuais de São Paulo na crise do Império tinha a respeito da aplicação de procedimentos técnico-científicos ao processo de produção agrícola e circulação de mercadorias.

Constata A. F. de Paula Souza que, ao contrário do norte-americano, o brasileiro àquela altura ainda não havia desenvolvido o “espírito industrial e comercial”, fato que nos deixava em desvantagem em relação aos países mais centrais do capitalismo e reconhecia que a ausência de iniciativa era fruto de uma população “habituada a ser tutelada constantemente e em tudo”, condenando-nos ao atraso e constata que:

A ausência de boas estradas, as poucas empresas de transporte de gente e mercadorias, a reconhecida impontualidade de nossos correios, a quase ausência de estabelecimentos de crédito e de transporte de dinheiro, etc., etc., provam mais que necessário que nos falta ainda o verdadeiro espírito comercial. Tivéssemos ele, não admitiríamos essa centralização esmagadora que nos atrofia e sufoca: nossas estradas seriam melhores, e a população inteira fiscalizaria melhor sua construção e conservação. (*Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1876:50*)

Nesta linha de crítica ao sistema político imperial, o tema dos “procedimentos científicos” se intersecciona com outras palavras-chave do repertório dos

* João Tibiriçá Piratininga (1829-1888) frequentou o grupo de intelectuais paulistas. Autor de diversos ensaios sobre geologia e mineralogia, sua área de formação adquirida em cursos superiores realizados na Europa, foi ativista político vindo a ser o presidente do Congresso Republicano de Itu, de 1873, de onde surgiu o Partido Republicano Paulista.

** Antônio Francisco de Paula Souza (1863-1917) gravitou no entorno do grupo de intelectuais paulistas à época da crise do Império. Formado em engenharia na Alemanha e ativo integrante da Convenção de Itu, exerceu cargos públicos após a proclamação da República, além de empenhar-se para a criação da Escola Politécnica de São Paulo.

intelectuais paulistas como a crítica a centralização política gerando, no corpo social, uma situação de passividade e de pouca iniciativa, espírito de empreendimento, tão necessário, na concepção dos membros do grupo, para a efetivação de um projeto modernizante de país. A ausência de um “espírito industrial”, de acordo com A. F. de Paula Souza, reflexo de um sistema político centralizador, comprometia a abertura de estradas de ferro, condição para baratear a produção e comercialização de mercadorias; da introdução de máquinas na produção, fator indispensável para a elevação produtiva; da divisão do trabalho, princípio econômico ausente no Brasil; e falta de organismos públicos ou privados que pudessem catalogar e divulgar dados estatísticos sobre “produção e consumo de cada município”.*

Paula Souza volta ao assunto na edição de 1878 do *Almanaque Literário de São Paulo* agora tomando a biografia de John Deere, fabricante de instrumentos agrícolas nos Estados Unidos, para ilustrar sua exposição comparativa entre o espírito de iniciativa e de perseverança do norte-americano e a ausência de “tino prático” do homem brasileiro. Deere, exemplo acabado do *self made man* americano, começara a vida como um simples ferreiro e, aos poucos, construíra um empreendimento agrícola fundado na combinação entre “espírito de iniciativa” e “procedimentos técnicos científicos de trabalho”. Da trajetória de empreendedor tem A. F. de Paula Souza apenas a lamentar um aspecto: não ser imitada pelos brasileiros:

Entre nós o geral é o inverso: grandiosos projetos pululam por toda a parte e se por ventura alguns deles são postos em execução a regra é vê-los malogrados. Principiamos sempre por onde os americanos acabam, e por isso também acabamos por onde eles começam. (*Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1878*, pp.65-70)

A estratégia vocabular é utilizar exemplos de povos que alcançaram a “elevação espiritual e material” por meio da iniciativa particular dos indivíduos para chegar ao cerne central do repertório de enfrentamento: criticar o sistema político monárquico tido como antiquado com um mundo regido pela ciência, pela máquina e demais símbolos da civilização moderna. A monarquia tornar-se-ia incompatível com as necessidades de uma sociedade que almejava alcançar o patamar das nações “progressistas” e “civilizadas”. E continua Paula Souza com sua narrativa ao apontar o fator decisivo e crucial que teria levado os norte-americanos a se diferenciarem dos brasileiros: a valorização da educação como condição para alavancar uma nação rumo ao “progresso moral e material”.

* *Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1876*, p.50.



O desalento, observa A. F. de Paula Souza, encontrava-se no fato de o Brasil, também, ser capaz de realizar tal êxito, mas, que para que viesse a se concretizar haveria de ser superada a condição de súditos:

era mister vencermos primeiro um obstáculo, e esse enorme; falta-nos o elemento principal, a *liberdade*. Conquistá-la seria o primeiro passo a dar, e parece que não temos ainda a coragem suficiente para semelhante cometimento. Um país escravo não é digno do progresso, enquanto o povo não for senhor soberano de seus destinos, enquanto ele for súdito, rebanho ou propriedade de alguém, chame-se este *governo constitucional*, rei ou imperador; quaisquer que sejam os esforços destes, por maiores que sejam os gastos de dinheiros públicos para esse fim, mesmo o entusiasmo aparente que manifestem os imperantes ou senhores em prol da instrução, ele *não será instruído* e portanto não progredirá. (*Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1878:65-70*)

Os “procedimentos científicos” eram recomendados não só para tornar a economia e o trabalho uma prática mais produtiva e racional; mas, também, no processo de compreensão da influência dos elementos naturais sobre a própria ação humana, tema recorrente nas correntes e doutrinas filosóficas daquele final do século XIX, produzidas na Europa e consumidas no Brasil, sobretudo, o organicismo, o evolucionismo, o determinismo geográfico e o positivismo. E os intelectuais de São Paulo, antenados com as ideias de seu tempo, buscam por meio de uma leitura muito particular dessas teorias, analisar e compreender o ambiente social, político e econômico do Brasil daquele *fin de siècle*.

Nesse particular, João Alberto Salles* foi, dentro do grupo de intelectuais aqui estudados, o que mais se dedicou ao estudo das ideias científicas da época realizando um processo muito próprio de “colagem” dos princípios organicistas com leis darwinistas visando desenvolver teoria acerca da influência específica do clima da província de São Paulo sobre o paulista. Na edição de 1880 do *Almanaque Literário de São Paulo*, publica um longo estudo no qual procura responder ao questionamento que faz ao leitor sobre a relação entre o clima da província e a “índole empreendedora do paulista”.

Ancorado numa leitura muito particular das teses deterministas de Buckle, Alberto Salles destaca os fatores naturais positivos à província de São Paulo

* João Alberto Salles (1855-1904), ativo intelectual, bacharel em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, atuante na imprensa paulista como colaborador, redator e sócio-proprietário de *A Província de São Paulo*; foi professor do Colégio Culto à Ciência, em Campinas, e da Escola Normal de São Paulo. Publicou obra nas áreas de filosofia, direito e história marcadas pela influência do positivismo comteano.

como clima favorável, rede hidrográfica sem a grandiosidade do Amazonas e do São Francisco, além de florestas “sem o caráter imponente” encontrado nas demais províncias. Tudo se devia à presença da serra do Cubatão, elemento geográfico determinante para que São Paulo tivesse clima e correntes de ventos adequados para o desenvolvimento das atividades humanas neste território.

Desta combinação de fatores naturais, segundo o determinismo geográfico de Alberto Salles teria nascido a “índole empreendedora do paulista”, característica própria de um homem “que em face de uma natureza pequena, sente-se grande, forte e caminha”:

Em S. Paulo não há como no Amazonas e no Pará, superioridade das forças físicas sobre a energia humana; aqui o clima é regulado de modo a incutir vigor no ânimo do homem e não desalento; os agentes físicos são inferiores aos estímulos da inteligência. [...] Daí a proverbial energia dos paulistas, revelada desde os tempos coloniais. Homens de temperamento enérgico [...] incapazes de viverem em ociosidade, tinham necessidade de dar expansão a seu espírito empreendedor. (*Almanaque Literário de São Paulo para o Ano de 1880*:173-187)

E arrebatava sua teoria sobre a influência do clima sobre o homem paulista, revelando o outro elemento, agora não somente advindo da natureza, favorável ao desenvolvimento material de São Paulo estampado em suas ferrovias e suas lavouras de café: “o elemento étnico”. Para Alberto Salles a maior presença de “sangue europeu” na província de São Paulo conjugado aos fatores naturais explica o “espírito empreendedor” do paulista.

O comportamento criativo e laborioso do paulista não combinava com o sistema político Imperial acusado pelos intelectuais de São Paulo como centralizador e anti-científico. A tática dos membros do grupo era atacar, ainda que no nível da retórica, o regime monárquico em todos os flancos. É o caso da realidade político-partidária vivida pelo país à época do Império, objeto de apreciação e crítica por parte dos intelectuais de São Paulo em diversas oportunidades. O tema foi abordado de forma mais sistematizada no livro de Américo Brasiliense – *O programa dos partidos e o Segundo Império*.*

* Américo Brasiliense de Almeida e Melo (1833-1896), figura em torno do qual se juntaram os demais membros desse grupo de intelectuais paulistas reunindo-se em sua própria residência para acalorados debates; formado em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco desenvolveu atividade política tanto no Império, como presidente de províncias e vereador e deputado provincial, como na República, quando exerceu o cargo de presidente interino do Estado de São Paulo; sua obra *Os Programas dos Partidos e o Segundo Império* foi publicada originalmente em 1878 pela Tipografia de Jorge Stockler.



Mas é na imprensa diária que o tema dos partidos políticos foi amplamente debatido por membros do grupo. Francisco Rangel Pestana em sua coluna “Notas e Respingos” em *A Província de São Paulo* tratava frequentemente da questão partidária apontando para a fragilidade e falta de representatividade dos partidos. Na edição de 7 de junho de 1883 critica a falta de entendimento entre os políticos liberais e conservadores, acusando o sistema partidário de encontrar-se imerso em uma “anarquia moral” e concluindo que regime monárquico era regime político deteriorado patologicamente.* O entendimento de Rangel Pestana da política como uma “questão moral” vinha ao encontro de outro artigo intitulado de “Mais Moral e Menos Política” publicado na mesma *Província de São Paulo* na edição de 07 de junho de 1885 de e assinado por Alberto Salles. Nele, o autor estabelece relações entre patologias médico-psíquicas com as patologias sociais identificadas como a falta de caráter, a desonestidade, a imoralidade e a corrupção. Para concluir que o corpo social do país encontrava-se enfermo em boa medida devido à forma como as classes dirigentes governam o país:

Câmara dos deputados, senado, ministérios, família imperial, tudo está corrompido e caminha para a dissolução. [...] O patronato, o filhotismo e a advocacia administrativa, são os sintomas desta enfermidade social. [...] O império abafou a consciência pública e a política divorciou-se da moral e a nação segue-se nas agonias de uma morte prematura. (*A Província de São Paulo*, 07.06.1885.)

Na realidade, Alberto Salles chegou mesmo a esboçar uma teoria dos partidos políticos à luz de sua leitura das doutrinas filosóficas de sua época, utilizando-as pontualmente quando as mesmas pudessem corresponder aos seus propósitos analíticos**. Na edição de 15 de outubro de 1884 de *A Província de São Paulo*, expõe as mazelas dos partidos monárquicos por terem se transformados em organizações excludentes da opinião pública e em “instrumentos

* Francisco Rangel Pestana (1839-1903) formado em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco exerceu intensa atividade jornalística e educacional respondendo pela redação do jornal *A Província de São Paulo* e por diversas iniciativas no campo da educação em São Paulo seja como professor seja como diretor e proprietário de estabelecimentos de ensino; foi membro do grupo intelectual aqui estudado.

** João Alberto Salles a propósito de partidos políticos escreveu especificamente duas obras – *Política Republicana* de 1882 e *Estudo Científico sobre disciplina e organização partidária* de 1888. Alberto Salles foi objeto de dois estudos acadêmicos de relevância: RIBEIRO, JR., J. *Alberto Salles: trajetória intelectual e pensamento político*. São Paulo, Convívio, 1983; VITA, L. W. *Alberto Sales, ideólogo da República*. São Paulo, Nacional, 1965.

de exploração material do poder” e não como “agentes das grandes reformas” servindo para em seguida defender a existência de partidos políticos.

No entendimento de Alberto Salles os partidos monárquicos haviam se transformados em “oligarquias” comandadas por chefes cujos interesses pessoais se sobrepunham aos interesses da opinião pública. Submetidos ao poder egoístico de chefes políticos os partidos do Império viviam a reboque de interesses pessoais, sem expressão pública. Em contraposição a esta realidade dos partidos políticos do regime monárquico, defende a organização de partidos como forma de “organização social” capaz de evitar a dispersão dos diferentes interesses individuais. Os partidos seriam, pois, a realização plena da busca de entendimento entre interesses individuais diversos formando um organismo social funcional, ou seja, partidos políticos cumprem uma função na sociedade:

Sendo assim, ninguém poderá negar que os partidos políticos sejam poderosos instrumentos, para o desenvolvimento do progresso nacional. [...] Centro de convergência de uma soma extraordinária de esforços, eles, não somente impedem a sua dispersão e evitam a anarquia, como também se constituem poderosos elementos de progresso. (*A Província de São Paulo*, 16.10.1884)

A retórica “republicana” dos intelectuais de São Paulo na conjuntura de crise do sistema político monárquico incluía, também, em seu escopo a preocupação com a educação escolar constituindo-se em diversas manifestações por parte dos membros do grupo de intelectuais paulistas. Tratava-se não só de uma questão de reflexão como, também, de iniciativas neste campo. Diversos membros do grupo exerceram funções docentes em diferentes níveis de ensino bem como chegaram até a fundar estabelecimentos escolares, como foi o caso de Francisco Rangel Pestana que ao lado de sua esposa, Damiana Pestana, abriu, em São Paulo, o Colégio Pestana, destinado a educação de meninas.*

Para os intelectuais paulistas a propagação da educação tinha uma função “civilizadora”, no sentido de formar novas gerações de brasileiros, dentro do espírito “científico”, exigência considerada fundamental para se alcançar um novo estágio de desenvolvimento do país. Outro argumento para justificar o apelo a instrução pública era o de que por meio dela se concluiria a grande obra

* Sobre a atuação educacional de Rangel Pestana ver HILSDORF, Maria Lúcia Spedo - Francisco Rangel Pestana: Jornalista, Político, Educador. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação da USP, 1987; MENEZES, Roni Cleber Dias de - O grupo do Almanaque Literário de São Paulo: paradigmas da sociabilidade republicana nos tempos da propaganda (1876-1885). Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, Dissertação (Mestrado) em Educação, 2006.



de separação entre a educação laica e a educação religiosa. A educação, portanto, entra no repertório como ferramenta de laicização da sociedade brasileira e de equiparação da nação àquelas que já haviam atingido estágios civilizacionais mais adiantados. Nesta perspectiva afirmava Rangel Pestana:

Como monumento, o estabelecimento de ensino é incontavelmente significativo e útil. A sua influência na formação da nacionalidade, pelas lições que as gerações aí receberão, segundo o desenvolvimento das ciências, deve perpetuar gloriosa e proficuamente a data e o fato que determinaram a existência dessa mesma nacionalidade até hoje ainda mal definida por falta de instrução. (*A Província de São Paulo*, 27 de julho de 1882)

A preocupação com a educação estava presente em chamadas publicitárias, notícias e notas envolvendo as atividades de estabelecimentos de ensino tanto na capital como no interior da província, divulgadas nas páginas de *A Província de São Paulo* e do *Almanaque Literário de São Paulo*, dois dos principais microclimas de sociabilidade dos intelectuais aqui estudados. Além do Colégio Pestana, de São Paulo, são reiterados os anúncios relativos ao Colégio Florence, de Campinas, dirigido pelo francês Hércules Florence e pela alemã Carolina Krug Florence; Colégio Culto à Ciência, de Campinas; Liceu de Artes e Ofícios, em São Paulo; Colégio Internacional, de Campinas, dirigido por religiosos presbiterianos; Escola Modelo, em São Paulo, que se orgulhava de utilizar o método “racional e científico” desenvolvido por João Kopke*; Colégio Luso-Brasileiro, de Araraquara, sob a direção de Liberato da Silva; Colégio Moretz-Sohn, de São Paulo, sob a direção de Francisco Xavier Moretz-Sohn, entre outros.

“Instrução como civilização” torna-se um apelo fundamental dentro do repertório dos intelectuais paulistas no contexto de crise do Império. Campos Salles escrevendo sobre o Colégio Culto à Ciência, fundado em Campinas em 1869, a partir de iniciativa do fazendeiro Antônio Pompeu de Camargo e que concorreu com o apoio de outros homens de negócios. No ideário dos intelectuais paulistas o lugar ocupado pela educação era o de proporcionar a “elevação dos espíritos” no sentido de proporcionar ao educando as ferramentas para o entendimento da realidade por meio da ciência. Para atingir essa finalidade fazia-se urgente, segundo Campos Salles iniciativas particulares a fim de integrar a escola ao processo de formação de “cidadãos úteis à pátria”:

* João Kopke (1852-1926), bacharel em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, dedicou-se profissionalmente ao magistério na condição de professor, proprietário de estabelecimento de ensino, criador de método pedagógico de alfabetização e autor de livros didáticos.

[...] só na escola é que se pode formar cidadãos úteis à pátria. A iniciativa individual que hoje vai oferecendo o salutar concurso de seus primeiros e por ora muito minguados esforços, até bem pouco tempo não saía da pernicioso inação em que jazia, senão impelida por um impulso estranho à própria deliberação, ou movida por um estímulo que nem sempre era só o desejo de facilitar a instrução a todas as classes da sociedade brasileira”. (*Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1876*:180)

Na mesma direção é o artigo intitulado “A instrução pública nos Estados Unidos e no Brasil”, de Alberto Salles, publicado na edição de 1879 do *Almanaque Literário de São Paulo*, dentro da perspectiva comparativa entre as duas nações como já ocorrera em outras palavras-chave do repertório político do grupo. A escola como fundamento grandioso sobre o qual erigia o “edifício da república”, fonte de onde se derivaria a “luz” para combater o “fogo sinistro da superstição” (que para ele marcava os regimes políticos fundados na “metafísica” tais como a monarquia) e ferramenta indispensável para a abertura dos “caminhos do futuro”:

É dela, da escola, que parte esplêndida luz da verdade e da certeza, para iluminar com seus raios divinos a senda infinita do progresso. É dela que nasce imprevista essa força misteriosa que conduz os povos à conquista de um direito ou de um privilégio ambicionados, porque é dela que sai ativa a consciência da liberdade, o grandioso sentimento da igualdade e da fraternidade dos homens. (*Almanaque Literário de São Paulo para o Ano de 1879*:152-169.)

Por fim, uma das palavras-chave mais constantes no repertório dos intelectuais de São Paulo no contexto de crise do Império: “federalismo”, também, associada a “descentralização”. Federalismo e descentralização tornam-se, ao mesmo, em pilar da crítica ao sistema político imperial e de argumentação para a elaboração de um projeto político de poder no qual o apelo a modelos doutrinários diversos era a constante, embora o modelo norte-americano fosse tomado de parâmetro.

O apelo ao federalismo foi recorrente nas lutas políticas no decorrer do século XIX estando presente no repertório das cisões intra-elite no período regencial (1831-1840), mas, com poucos efeitos práticos, exceto com a aprovação em 1834 do Ato Adicional que modificou em alguns aspectos, a Constituição de 1824, visando acomodar interesses locais e regionais. A Maioridade restabeleceu o modelo político-administrativo em vigência antes de 1834, reintroduzindo o Conselho de Ministros e o Poder Moderador.



A forma mais acabada da defesa do federalismo dentro do grupo de intelectuais de São Paulo foi esboçada por Alberto Salles que discorreu sobre o tema em diversos momentos de sua produção intelectual. Em artigo intitulado “Descentralização” publicado em 7 de outubro de 1885 em *A Província de São Paulo*, Alberto Salles apresenta argumentos, à luz de suas leituras da doutrina organicista, destacando os efeitos que considera nocivos ao corpo social quando as “partes” são afetadas pelo “todo”, causando um desequilíbrio no organismo:

[...] descentralização! É um verdadeiro processo científico, que tem a sua razão de ser, o seu fundamento natural, nas próprias condições especiais da organização política do Estado. Considere-a como uma simples criação abstrata, produto desregrado da fantasia incandescente dos estadistas, não é somente cometer um erro grosseiro de doutrina política – é revelar igualmente uma profunda ignorância dos mais mezinhos princípios da ciência. (*A Província de São Paulo*, 7.10.1885)

Alberto Salles sustentava que descentralizar não significava como afirmavam os liberais brasileiros daquela conjuntura, simplesmente “tirar impensadamente do poder geral, para dar às províncias”. Tratava-se de compreendê-la como um mecanismo científico de exercício do poder político estabelecendo criteriosamente as competências e atribuições de cada agente do poder não havendo, portanto, diferença entre suas supostas naturezas, ou seja, se administrativa ou política. Descentralização, no conceito de Alberto Salles, só pode ser entendida “cientificamente” como política:

Estabelece, ainda, correlação entre “organismo biológico” e “organismo político” para condenar a excessiva centralização imposta pelo regime monárquico. Neste entendimento as partes (órgãos na biologia e estruturas administrativas na política) estavam, no caso brasileiro, com suas funções comprometidas devido à asfixia imposta pelo todo (órgão central na biologia e o governo geral no caso da política). Desta forma de análise da questão, Alberto Salles não encontra correlação entre federalismo e sistema monárquico de Estado. A monarquia, enquanto forma de governo, é incompatível com a federação, não existindo possibilidade alguma de harmonização, pois, ambas se excluem, segundo Alberto Salles, devido ao caráter não científico de sua organização governamental.

Considerações finais

A crise do Império abriu oportunidades de ação política por parte de grupos sociais que se encontravam à margem do sistema político dominante. Neste ce-

nário espaço-temporal os intelectuais e São Paulo vão construir suas trajetórias tendo em comum às possibilidades de um projeto de poder dentro do qual o repertório de ideias funciona como agente catalisador de adesões e apoios.

A construção do repertório e da ação está colocada nas próprias fissuras do edifício político Imperial em crise, ou seja, à medida que as contradições tornam-se evidentes, mais combustível oferecem no processo de alimentação vocabular dos grupos opositores do regime. Em outras palavras: o vocabulário constitutivo do repertório dos intelectuais paulistas funciona como estratégia de luta e de enfrentamento, independentemente da existência efetiva, no corpo social, de uma cultura republicana arraigada.

Oriundos por nascimento ou por ligações familiares e profissionais adquiridas das classes economicamente emergentes da província de São Paulo da segunda metade do século XIX, os intelectuais paulistas vão percorrer itinerários característicos do homem de letras brasileiro oitocentista: formação em Direito (à exceção de Pereiro Barreto e José Maria Lisboa) e atuação intelectual em órgãos de imprensa, além de publicações livrescas esparsas. Em meio à precariedade da vida urbana e intelectual daquela São Paulo de fim de século restava pouca alternativa de prestígio social e intelectual.

Ainda que esboçassem tentativas de integrar o *status quo* dominante através do ingresso em partidos monárquicos, lançamento de candidaturas a pleitos eleitorais e, até mesmo, do ingresso no aparato burocrático do Estado através das carreiras jurídicas, os intelectuais de São Paulo optaram por aproveitar as oportunidades abertas pelas cisões internas ao próprio sistema monárquico.

Diferentemente da geração de intelectuais precedente, plasmada pelo ideário romântico e proveniente das velhas elites econômicas das províncias nordestinas, os intelectuais de São Paulo pertencem a uma geração não só geograficamente deslocada daquela mas, também, consumidora de novas atitudes estéticas e filosóficas. O diferencial dos intelectuais paulistas naquela conjuntura foi saber aproveitar-se extraordinariamente das condições históricas que se apresentaram: tiraram da circulação (ainda que precária) dos novos preceitos e conceitos filosóficos, as ferramentas indispensáveis para a elaboração de um repertório de confronto; e, por outro lado, souberam encaixá-lo nas fissuras abertas do próprio sistema imperial.

O apelo à república, dentro deste contexto, não funciona como uma correia de continuidade de eventos históricos precedentes, mas como estratégia de luta e cooptação de grupos descontentes com o regime monárquico. “República” é um recurso discursivo e verbal capaz de agregar descontentes e marginalizados pelo sistema político hegemônico, articulando redes de fidelidades pessoais e dando sentido para o projeto de poder construído pelo grupo.

A historiografia e demais áreas de estudos que se ocuparam do contexto de transição monarquia-república enfatizaram a perspectiva de um movimento republicano dado e acabado, onde uma classe social economicamente emergen-



te realiza seu papel histórico de conquista do Estado. Daí ser recorrente, nesta perspectiva de análise, o foco nas estruturas econômicas como fator desestruturante do regime político, a classe dos fazendeiros de café e seu braço partidário como agentes do processo histórico embalados na “propaganda republicana” (expressão tomada dos próprios atores sociais daquele contexto).

Procura-se colocar o foco em outra perspectiva: tomar a crise do Império a partir da experiência compartilhada de um grupo de intelectuais que soube tomar partido das estruturas de oportunidades surgidas a partir do próprio centro de poder em crise construindo redes de sociabilidade e cooptação por meio de iniciativas públicas fundando instituições de ensino, irmandades maçônicas, órgãos de imprensa e partido político. Dessa experiência forjam um repertório no qual as palavras-chave derivam de enunciado geral – “república”.

Dentro do projeto de poder de construído pelos intelectuais paulistas – e que se procurou demonstrar no decorrer da pesquisa – república funciona como um apelo do qual derivam outras palavras-chave utilizadas insistentemente, tais como “federalismo”, “descentralização”, “apoio à lavoura”, “questão servil”, “instrução pública”, “reforma eleitoral”, “procedimentos científicos”, “reforma do judiciário”, enfim, verbetes que sustentaram a ação política dos membros do grupo através de inserções públicas em jornais, circulares e manifestos de congressos e partidos.

Ao final do processo de disputa político, culminado com a proclamação da república em 15 de novembro de 1889, viu-se que os membros do grupo de intelectuais paulistas souberam impor seu projeto de poder – não necessariamente um projeto republicano de nação – momento em que tomam para si as rédeas do aparato estatal tanto em nível de província como nacional. Todos os membros do grupo de intelectuais paulistas (à exceção de Francisco Quirino dos Santos que falecera em 1886) vão ocupar cargos de expressão política, como governador de Estado (casos de Rangel Pestana, Américo Brasiliense, Campos Salles), diplomacia (casos de Américo de Campos e Campos Salles), mandatos legislativos (casos de Rangel Pestana, Campos Salles, Prudente de Moraes, Luís Pereira Barreto), Ministro de Estado (casos de Campos Salles e Prudente de Moraes) e presidência da República (casos de Campos Salles e Prudente de Moraes). Consolidava-se, assim, um projeto de poder construído a partir de fins dos anos 1860 e conduzido estrategicamente ao longo dos debates públicos no transcorrer das décadas de 1870 e 1880.

Fontes primárias:

A Província de S. Paulo (1875 a 1889). Acervo Digital de O Estado de S. Paulo.

Almanach Litterario de São Paulo (1876 a 1885). Organizado por José Maria Lisboa e originalmente publicado pela Tipografia de “A Província”. Edição Fac-símile pela Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo e Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982.

BIBLIOGRAFIA

- ALONSO, Ângela. "Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito". *Sociologia & Antropologia*. V. 02-03:21-41, 2012.
- ALONSO, Ângela. *Ideias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- ALTAMARINO, Carlos. "Ideias para um programa de história intelectual". *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 19, n. 1, junho 2007.
- ASSIS, José Eugênio de Paula. *Prudente de Moraes - Sua Vida e Sua Obra*. São Paulo: Editora e Gráfica Sangirard, 1976.
- BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º. Império*. São Paulo: Typ. Jorge Stockler, 1878.
- CINTRA, Francisco de Assis. *Bernardino de Campos e seu Tempo*. Editora Cupolo, 1953.
- DEBES, Célio. *O Partido Republicano de São Paulo na Propaganda (1872-1889)*. São Paulo: Edição do Autor, 1975.
- DEBES, Célio. *Campos Salles Perfil de Um Estadista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves/MEC, 1978. (2 volumes)
- HILSDORF, Maria Lúcia Spedo - *Francisco Rangel Pestana: Jornalista, Político, Educador*. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação da USP, 1987;
- MENEZES, Roni Cleber Dias de - *O grupo do Almanaque Literário de São Paulo: paradigmas da sociabilidade republicana nos tempos da propaganda (1876-1885)*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, Dissertação (Mestrado) em Educação, 2006.
- MENEZES, Raimundo. *Vida e Obra de Campos Sales*. São Paulo: Livraria Martins, 1974.
- PEREIRA BARRETO, Luiz. *Soluções Positivistas da Política Brasileira*. São Paulo: Editora Escala, 2007.
- RIBEIRO JUNIOR, José. *Alberto Salles: trajetória intelectual e pensamento político*. São Paulo: Convívio, 1983;
- SALLES, Iraci Galvão Salles. *Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada: o Partido Republicano Paulista e a Política de Mão-de-Obra (1870-1889)*. São Paulo/Brasília: Hucitec/INL/ Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.
- SALLES JUNIOR, A. C. *O Idealismo Republicano de Campos Salles*. Rio de Janeiro: Editora Zelio Valverde, 1944.
- SANTOS, José Maria dos. *Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- SWIDLER, Ann. "Culture in action: symbols and strategies". *American Sociological Review*, Thousand Oaks, v.51, p. 273-286, abr. 1986.
- VITA, Luís Washington. W. *Alberto Sales, ideólogo da República*. São Paulo: Nacional, 1965.
- ZIMMERMANN, Maria Emília Marques. *O PRP e os fazendeiros do café*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.